

CURRÍCULO OCULTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ATO PEDAGÓGICO, FERRAMENTA DOCENTE OU COMPROMISSO POLÍTICO?

Julia Caroline Machado de Araujo¹

Janete Rosa da Fonseca²

Maria Aparecida Dias³

Resumo:

Intencionamos contextualizar o caminho percorrido pelos adultos no setor educacional brasileiro, bem como propor uma aproximação entre o professor e o currículo oculto, para que a conversão do mesmo em ferramenta pedagógica possa ser mensurada. Para tanto, realizamos uma retomada histórica da modalidade de ensino intitulada atualmente como Educação de Jovens e Adultos – EJA, e explanamos discursos teóricos afim de enriquecer o dialogo proposto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sistematizada a partir da convicção de que a educação possui em si potencial para aflorar emancipação intelectual e social.

Palavras-chave:

Currículo Oculto. Educação de Jovens e Adultos. Legislação.

CURRICULUM OCULTO EN EDUCACIÓN JUVENIL Y ADULTA ¿Acto Pedagógico, Herramienta De Enseñanza O Compromiso Político?

Resumen:

Pretendemos contextualizar el camino recorrido por los adultos en el sector educativo brasileño, así como proponer una aproximación entre el maestro y el currículum oculto, para que se pueda medir su conversión en una herramienta pedagógica. Con este fin, hicimos una reanudación histórica de la modalidad de enseñanza actualmente llamada Educación de Jóvenes y Adultos - EJA, y explicamos discursos teóricos para enriquecer el diálogo propuesto. Esta es una investigación bibliográfica sistematizada basada en la convicción de que la educación tiene el potencial de generar emancipación intelectual y social.

Palabras clave:

Currículum oculto. Educación de jóvenes y adultos. Legislación

HIDDEN CURRICULUM IN YOUTH AND ADULT EDUCATION PEDAGOGICAL ACT, TEACHING TOOL OR POLITICAL COMMITMENT?

Abstract:

We intend to contextualize the path taken by adults in the Brazilian educational sector, as well as propose an approximation between the teacher and the hidden curriculum, so that its conversion into a pedagogical tool can be measured. To this end, we made a historical

¹Graduanda do curso de Pedagogia/licenciatura plena na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS E-mail: juliacmaraujo@gmail.com

² Doutorado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –UFMS. E-mail: projetistadm@gmail.com.

³Graduanda do curso de Pedagogia/licenciatura plena na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: mad.cida@hotmail.com

resumption of the teaching modality currently called Youth and Adult Education - EJA, and explain theoretical discourses in order to enrich the proposed dialogue. This is a systematized bibliographic research based on the conviction that education has the potential to bring out intellectual and social emancipation.

Key words:

Hidden Curriculum. Youth and Adult Education. Legislation.

Introdução

Enfrentamos hoje um problema que a muito tempo tem sido cultivado, um problema estrutural que se internalizou nos brasileiros, e devemos isso a inúmeros fatores, sendo o principal deles, o acesso a esfera política da sociedade, que a muito tem sido negado. Desde a constituição do Brasil como nação independente e ainda antes disso, as camadas populares foram excluídas de decisões que as afetariam diretamente, tornado a população coadjuvante em sua própria história. E assim como qualquer processo histórico, esse levou muito tempo a ser construído e engendrado no interior de cada cidadão, perpetuando o ciclo de desinformação e apatia a temas provenientes da política propriamente dita.

O ciclo de desinformação, somado ao esforço que o cidadão brasileiro precisa fazer para que consiga assegurar sua subsistência, que acaba ocupando, exaustivamente, seu tempo durante sua fase adolescente e adulta, fazem com que estes passem a vida sem se envolver política e ativamente em sua comunidade ou em seu país. Para além disso, existe um problema ainda maior, o esforço citado acima para assegurar seu mantimento, faz com que milhares de jovens precisem abandonar os estudos para serem inseridos no mercado de trabalho e contribuírem para a composição da renda familiar.

Esse paradoxo imaterial no setor educacional brasileiro gera problemas materiais e vívidos, uma vez que a ausência em instituições escolares aumenta o índice de analfabetismo, priva os cidadãos de entenderem seu papel na sociedade, bem como da consciência sobre sua possível contribuição para a modificação da estrutura social e democrática onde estão inseridos, isso reforça ainda mais a apatia da população no âmbito social e político.

Segundo Althusser (1985), o Estado tem na educação um aparelho ideológico e é necessário promover diálogos que aludem ao fato de que, através do projeto de ensino, ao deixar de estimular discussões que facilitem o entendimento da dinâmica social, política e econômica do Brasil, e ofereça representatividade a todas as parcelas da população, acaba por suprimir narrativas resultantes de coletivos humanos marginalizados. Os cidadãos que estão

inseridos nesses coletivos humanos, terminarão o ensino básico regular, conforme afirma Arroyo (2011), dominando os conhecimentos específicos, como português, ciência, letras, conhecimentos da natureza e afins, porém, não terão a oportunidade de ouvirem sobre sua própria vivência, seu trabalho e a história dos coletivos humanos de qual fazem parte.

A reinserção da população na esfera política demanda de inúmeras estratégias, e embora o setor educacional não admita essa função como máster, ela continua tendo potencial para desempenhar papel importante nessa problemática. Atualmente a Educação de Jovens e Adultos conta com 3.545.988 alunos, segundo o censo escolar de 2018, e partindo desse fato, podemos observar a quantidade expressiva de pessoas que são diretamente atingidas pela sistematização das propostas de ensino, legislações e práticas pedagógicas do profissional da EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Assim como nas outras modalidades de ensino, a Educação de Jovens e Adultos possui obstáculos particulares, que se estendem desde as leis que a regem até as propostas curriculares destinadas a ela. Com o intuito de esclarecer quais são esses problemas, apresentamos nessa pesquisa uma retomada do histórico da EJA no Brasil, e a partir disso objetivamos estabelecer um diálogo entre o professor e o currículo oculto, visando aproximá-los das especificidades desta modalidade de ensino e através dessa aproximação, argumentar a respeito de uma possível formação diferenciada, sem desconsiderar o construto histórico, consiste na questão norteadora desta pesquisa.

Invenção e reinvenção da EJA no Brasil

Para chegarmos a modalidade de ensino intitulada como Educação de Jovens e Adultos - EJA, é necessário ter em mente que o processo até que ela fosse construída como tal e reconhecida nacionalmente foi longo e ultrapassou inúmeros percalços históricos e sociais, e com o objetivo de contextualizá-la, adotamos a pesquisa bibliográfica, e a partir dela realizamos um breve histórico do setor educacional brasileiro com ênfase na educação direcionada aos adultos.

Strelhow (2010), esclarece que a educação formal, no contexto histórico do Brasil, tem seu início no período colonial, até então submetida a coordenação da Companhia de Jesus, e tendo como público alvo somente as crianças. A companhia foi fundada em 1534, na França, por Inácio de Loyola, com objetivos Catequéticos, vale ressaltar que os primeiros

jesuítas chegaram no Brasil em 1539, e permaneceram durante 210 anos, e que durante esse período a educação ofertada as crianças indígenas objetivava unicamente disseminar a fé católica.

De acordo com o autor Friedrich et al. (2010), os adultos eram submetidos a uma intensa ação cultural, de forma que os portugueses não objetivavam alfabetizá-los e sim, para que ao adotarem a fé e os costumes portugueses⁴, a comunicação e controle fossem viabilizados, ainda de acordo com os autores a preocupação em educar os adultos, só foi engendrada com a vinda da família real para o Brasil, em decorrência da falta de trabalhadores capacitados para atender a aristocracia portuguesa e para que cumprissem as exigências do Estado. Nota-se, através dos registros históricos, que a educação dos adultos já se inicia com o objetivo de satisfazer a uma classe majoritária e interesses políticos e não para tornar esses adultos letrados para o seu desenvolvimento pessoal ou profissional.

Com a saída dos Jesuítas do Brasil em 1759, a educação fica sob a responsabilidade do Império, que se encontrava submersa em práticas elitistas, restringindo a educação à elite. O período em questão foi marcado no setor educacional pela reforma pombalina, imposta pelo ministro de Dom João (1750-1777), o Marquês de Pombal. Strelhow (2010), afirma que a educação Pombalina ficou caracterizada, principalmente, pelas aulas régias. Segundo o autor,

[...] as aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes. (STRELHOW, 2010, p. 50)

Inicia-se dessa forma a história da educação formal brasileira, a princípio estando sobre responsabilidade majoritária da igreja. Com a constituição Imperial de 1824, procura-se dar um significado mais amplo a educação, como uma estratégia de garantir uma educação para todos os cidadãos, incluindo os pobres, homens e mulheres, os negros livres, e principalmente os adultos analfabetos pertencentes as classes denominadas inferiores, que não tinham condições de se submeterem ao processo de educação formal custeando-o com recursos próprios.

A partir do Ato Constitucional de 1834, a responsabilidade, no que se refere a popularização da educação, fica sobre as províncias, abrangendo os ensinos referentes a instrução primária e secundária, as províncias por sua vez voltaram esforços somente aos

⁴ De acordo com Laurentino Gomes, autor da obra 1808, o Brasil apresentava atrasos em vários aspectos e os brasileiros sofriam déficits culturais por não terem sido colonizados por uma nação ativa e inteligente.

adultos, sobre forte crença de que educar esses adultos era um ato de caridade, pois a sociedade os considerava perigosos e degenerados. De acordo com Strelhow (2010), a educação dos jovens e adultos já era deficiente desde a época do Império, o ato de educar se confundia com solidariedade e não como de direito.

Em 1879, Leôncio de Carvalho propõe o decreto 7.247 de 19/04/1879, que materializa uma reforma de ensino, que previa a criação de cursos para adultos analfabetos, livres ou libertos do sexo masculino.

Alguns anos mais tarde a Lei nº 3.029/1881 – Conselheiro Saraiva, restringe o direito ao voto apenas a população alfabetizada, com o intuito de que as pessoas analfabetas buscassem uma escolarização, mas apesar das reformas e leis em prol da educação dos adultos, o analfabetismo aumenta e junto com ele a exclusão e acesso ao setor político do Brasil que prossegue sendo negado aos coletivos humanos privados do processo de educação formal. A constituição Republicana de 1891, agrava ainda mais o processo de exclusão e assimetria social, pois de acordo com ela:

A primeira Constituição Republicana programada de 1891, retira de seu texto a referência à gratuidade da instrução (existente na Constituição Imperial) ao mesmo tempo que condiciona o exercício do voto à alfabetização (art. 70, § 2º), dando continuidade ao que, de certo modo, já estava posto na Lei n. 3.029/1881 do Conselheiro Saraiva. Este condicionamento era explicado como uma forma de mobilizar os analfabetos a buscarem, por sua vontade, os cursos de primeiras letras. (BRASIL, 2000)

Dessa forma, a educação na primeira república fica marcada pela acentuação no processo de exclusão das classes marginalizadas, pois prossegue sem priorizar aqueles que por algum motivo, ou por falta de oportunidades não frequentaram a escola na idade convencional.

Com a chegada do século XX, a Brasil vivência outro cenário econômico, o país agora se encontra em fase de desenvolvimento e carece de mão de obra e pessoas produtivas, que estivessem aptas à contribuir com o desenvolvimento industrial, e devido a essas mudanças são necessários grandes movimentos para que o analfabetismo seja extinto, pois seria necessário formar mão de obra capaz de atuar no mercado. Entre esses movimentos destacamos a criação da Liga Brasileira contra o analfabetismo e a Associação Brasileira de Educação. Para Strelhow (2010), a discussão nesse período era de como sanar essa calamidade pública denominada analfabetismo, tendo como princípios os ideais da Escola Nova e as ações da pedagogia de Paulo Freire.

A chegada da nova república muda completamente o cenário político e econômico no Brasil, e no setor educacional percebe-se uma preocupação em inserir essa população adulta analfabeta na sociedade, como ferramenta para o desenvolvimento econômico, o momento era de escambo. O Estado oferece educação, o cidadão é educado e capacitado para atuar no mercado de trabalho, que gera lucros para o Estado.

A criação do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído na Carta, que estabelece como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A Constituição de 1934 declara que “a educação é direito de todos”, porém na Constituição de 1937, a pauta educacional é eliminada da Carta, reaparecendo somente na Constituição de 1946. Nesse sentido Piletti (1990), afirma que o direito a educação, embora seja constitucional, não altera o acesso possibilitado às classes pobres do país.

A partir das décadas de 40 e 50, a educação de Jovens e Adultos, volta a fazer parte das pautas no contexto educacional do país, e em consequência são criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (1938) e o Fundo Nacional Primário (1942), com objetivo de realizar programas que incluíssem o ensino supletivo para adolescentes e adultos. Muitos outros programas foram criados nesse período, até que, por pressão da Organização das Nações Unidas – ONU e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, surge, após o fim da segunda guerra mundial em 1945, a primeira grande campanha de alfabetização.

A orientação da ONU e da UNESCO era de que a educação era o meio de desempenhar o desenvolvimento das “nações atrasadas”. Isso demonstra que os programas de educação instalados estavam preocupados mais na quantidade de pessoas formadas do que a qualidade. Além dessas recomendações, era plausível ao momento histórico interno brasileiro o aumento de pessoas que, diante da lei, pudessem exercer o direito do voto no caminho da democratização. (STRELHOW, 2010, p. 05)

Outras ações que merecem destaque na trajetória do EJA, na década de 40, são, a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP, criado pelo professor Anísio Teixeira, que tinha como objetivo garantir recursos permanentes para o ensino primário, a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA, na qual se começou a pensar o material didático para a educação de adultos, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949) e a realização do primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos (1947).

De acordo com Pilleti (1990), “O método Paulo Freire de alfabetização de adultos ganha repercussão nacional e internacional na época, suas características centram-se na adequação do processo educativo às características do meio”, nesse congresso é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, com o objetivo de diminuir o analfabetismo, porém, a campanha foi extinta em 1963, por falta de recursos, e de acordo com Friedrich et al. (2010),

Com o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, nasce a ideia de um programa permanente de Educação de Adultos. Em decorrência desse Congresso surge o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido por Paulo Freire, extinto pelo Golpe de Estado (CODATO, 2004) em 1964, juntamente com os demais movimentos de alfabetização de adultos vinculados à ideia de fortalecimento popular. (FRIEDRICH; BENITE; BENITE; PEREIRA, 2010, p. 09)

Em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, para atender as populações que viviam no meio rural. Para Pilleti (1990), o fim da década de 50 e início da década de 60 foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos, podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, tais como o Movimento de Educação de Base (1961), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE) e a campanha de Pé no chão Também se Aprende, proposta pela prefeitura de Natal, em 1967.

No período da Ditadura Militar, os potenciais avanços na educação foram pausados, mas cabe lembrar que nesse período é criado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

A Lei 5.379/67 cria uma fundação, denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de erradicar o analfabetismo e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos. Vários decretos decorreram desta Lei a propósito de levantamento de recursos (Decreto nº 61.311/67) e da constituição de campanhas cívicas em prol da alfabetização (Decreto nº 61.314/67). (BRASIL, 2000)

Com o fim do Regime Militar, ocorre também a extinção em 1985 do MOBRAL, e em seu lugar é criada a Fundação Educar, aos mesmos moldes do MOBRAL, mas com recursos e suporte do Ministério da Educação, porém extinta em 1990, no governo Collor, e é lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, com o objetivo de alfabetizar 70% da população em 05 anos. De acordo com Strelhow (2010), a população adulta não alfabetizada, passa a ter seus direitos explícitos e reconhecidos na nova Constituição

[...] com a nova constituição de 1988, prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a LDB, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. (STRELHOW, 2010, p. 07)

Em 1971, a Lei nº. 5.692 regulamenta o Ensino Supletivo, e essa nova modalidade de ensino traz uma proposta diferente de todas as anteriores, ela propõe uma educação menos formal, sendo exposta como função de reposição de escolaridade, a conclusão do curso era feita por etapas, eliminação de disciplinas e o objetivo desta proposta era que o aluno concluísse em menor tempo o curso, para ingressar na universidade ou para sua melhoria profissional. (STRELHOW, 2010).

O governo de Luiz Inácio da Silva, investe atenção maior a educação de jovens e adultos e nesse período é criado, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, com três novas modalidades de ensino voltadas para ação social, que são: Projeto Escola de Fábrica, que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos, o Projovem que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série, mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho, com objetivo específico para a qualificação profissional e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos – PROEJA, voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. Ainda no governo Lula, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, com o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento. Este programa estava vinculado essencialmente ao Incra, a universidades e a movimentos sociais.

Ao realizarmos uma análise do processo histórico do Brasil, em seu âmbito educacional, é notório que a população contribuiu para que novas políticas educacionais fossem criadas, por meio de movimentações sociais que tinham como objetivo pressionar os governantes, para que os direitos à moradia, saúde e educação fossem garantidos.

A Educação de Jovens e Adultos está atualmente alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que trata a respeito da mesma no Título V, capítulo II, citando-a como modalidade da Educação Básica, na Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, nos Incisos I e VII, na Resolução CNE/CEB nº 01/2000, no

artigo 6º e no parecer CNE/CEB 11/2000, que cita, entre outras coisas, as três funções principais da EJA, sendo elas a função **reparadora**, que “[...] significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado [...] mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (Brasil, 2000, p. 6), a função **equalizadora** que simboliza

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão [...] possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (BRASIL, 2000, p. 9)

E a função **qualificadora**, que é citada como

[...] o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (BRASIL, 2000, p. 10)

Mediante a essas definições e aos fatos acima citados, de que forma o professor pode conduzir sua prática pedagógica para permitir que o cumprimento de prazos e propostas curriculares, que, na maioria das vezes, não se aplicam ao contexto em que a comunidade escolar está inserida e não fomentam a promoção de debates que proporcionem ascensão social ou conscientização política, não sejam um impedimento absoluto para a extração do potencial emancipatório que a EJA possui? Afim de contribuir para uma possível solução, discorreremos a seguir a respeito do currículo e especificamente do currículo oculto.

Convertendo o currículo oculto em ferramenta pedagógica

Inicialmente, é necessário nos valermos da compreensão do que é o currículo escolar e qual seria a sua função e influência na prática docente propriamente dita. Embora existam inúmeras teorias que expressam visões opostas e singulares a respeito do currículo, admitiremos o ideal que Silva (2011), adota em seu livro “Documentos de Identidade”, quando mesmo afirma que uma teoria, seja ela qual for, não tem potencial prático para personificar o currículo em si, por se tratar, objetivamente, de discursos sobre o que o autor da

tese entende como sendo o currículo, se tornando assim dispositivos não passíveis de generalização ou ainda tornando inviável a adoção como definição absoluta. Para que as teses sejam validadas, mas não sejam consideradas absolutas, mantendo seu caráter condicional, o autor sugere que sejam encaradas como **discursos**, sendo que estes podem ser interpretados como um conjunto de ideias que são organizadas, por meio da linguagem, segundo as concepções pessoais e a herança cultural daquele que a concede. Segundo Sacristán (2017), existe uma dissonância no ato de encarar a função do currículo, enquanto um grupo o encara como um manual que organiza a vivência do aluno nas instituições formais de ensino e estabelece um grupo de conteúdos que devem ser alcançados em um período pré-estabelecido, a autora afirma que ele representa

[...] uma realidade prévia muito bem estabelecida por meio de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo. (SACRISTÁN, 2017, p. 13)

Partindo desse ponto, é coerente dizer que o currículo assume um caráter dinâmico e flexível, bem como suas muitas definições e variações interpretativas, e que é uma ferramenta com potencial para mediar interesses. Cada sociedade expressa na sistematização de seu currículo o modelo de humano e de organização social que deseja criar ou consolidar, no âmbito da escolarização obrigatória, a autora afirma que “quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado [...]” (Sacristán, 2017, p. 15).

Para que seja possível avaliar um currículo com austeridade, é necessário que se avalie por quem o currículo foi idealizado e quais foram a teoria e ideais adotados para tal feito, e a partir disso é possível analisar possíveis expressões que se subjetivaram em seu processo de construção. O exercício de subjetivação implícito no currículo escolar faz com que alguns aspectos que auxiliam na manutenção da sociedade, permaneçam abstratos em seu processo de aplicação, mas ainda assim exerçam importante papel no resultado final do processo escolar, que seria a internalização por parte do aluno dos conteúdos ministrados, que por consequência levam embutidos em si as impressões ocultas do currículo. É de suma importância que tenhamos em mente quais são os alvos dessas abstrações. Segundo Silva (2011),

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações [...] o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. (SILVA, 2011, p. 78-79)

Embora essa definição pareça colocar o professor em uma posição necessariamente passiva, é importante lembrar que o currículo oculto contribui para a perpetuação de conjunturas sociais e políticas injustas, que auxiliam no funcionamento da sociedade capitalista e antidemocrática. Mas de que forma o currículo oculto consegue alcançar essas funções?

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pode ser usada como fator explicativo para isso. Se analisarmos as leis que regem a EJA com criticidade, podemos perceber que está implícito nas políticas destinadas a esta modalidade de ensino, um objetivo máster, que não inclui preparar um cidadão crítico, ciente de seus direitos e papel no funcionamento da sociedade, e sim preparar o indivíduo que não concluiu o ensino na “idade regular”, como explicita a própria legislação, a estar apto para atuar no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho desempenha duas funções na educação de jovens e adultos, inicialmente o aluno precisa se abster do processo de educação formal para ser inserido no mercado e auxiliar na complementação de renda da família, em segundo plano o próprio mercado exige que o indivíduo tenha sua escolaridade básica concluída, para continuar atuando profissionalmente, o que o leva a retornar as instituições escolares.

Excedendo ainda todos os percalços que permeiam o setor educacional brasileiro, o fato da EJA não possuir uma proposta curricular específica, adequada a faixa etária de seu público alvo, reforça o caráter excludente e afigurativo.

A partir do momento que através do sistema educacional de uma nação, se objetiva preparar um indivíduo para atuar no mercado de trabalho, uma análise crítica dos fatos nos permite exteriorizar aspectos antes ocultos. Vejamos da seguinte maneira, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas revela que entre os principais motivos para o abandono escolar na “idade regular” está a necessidade de ajudar na composição de renda da família, ou seja, o aluno precisa de abster de seu processo educativo em instituições formais de ensino para ser, necessariamente, inserido no mercado de trabalho, assegurando assim a sua subsistência.

Pois bem, o aluno abandona os estudos por conta da necessidade de trabalhar, ao retornar a escola, já inserido na modalidade de ensino EJA, ele se depara com um currículo

que foi sistematizado de forma a contribuir para a inserção ou mantimento desse aluno no mercado de trabalho, deixando subjetivamente claro que ele está onde deveria estar, trocando sua força de trabalho pela possibilidade de subsistência, como se essa fosse a única possibilidade. Assim, de que forma a consciência crítica e o senso de democracia participativa pode ser despertado nesse indivíduo, visto que a escola, que primordialmente auxiliaria nessa função, se atem a prestar serviços que auxiliam na manutenção do funcionamento da sociedade tal como ela se encontra?

Sendo o professor um profissional capaz de, através de sua prática pedagógica, despertar nos alunos a consciência de que o funcionamento da sociedade não assume caráter absoluto, que pode ser modificado, ou ainda fomentar a criticidade no mesmo ao interpretar suas relações sociais, como lidar com o fato de que o currículo dessa modalidade de ensino insere o aluno em um limbo social, onde o papel do mesmo na sociedade é apenas reafirmado segundo os interesses do mercado e contexto político?

Por intermédio dessa questão, parafraseamos Silva (2011), quando o mesmo nos assegura que o primeiro passo para que possamos articular através do currículo oculto, é ter em mente que ele existe e a partir disso compreender que através de sua existência imaterial, ele gera consequências materiais, uma vez que, em consonância com a afirmação de Althusser (1985), a ideologia assume uma existência material, a partir do momento em que ela influi sobre as atitudes de um indivíduo, que é o que ocorre por meio do currículo escolar.

Se de um lado temos profissionais conscientes e dispostos a fazer com que sua prática pedagógica esteja a serviço da democracia e da criticidade, de outro, temos que lidar com o fato de que “as diretrizes e normas, os ordenamentos e as lógicas curriculares continuam fiéis a sua tradicional rigidez, normatização, segmentação, sequenciação e avaliação”. (ARROYO, 2009, p. 35)

Para Silva (2011), no que se refere ao currículo oculto, o mesmo só atinge o nível desejado de eficiência, justamente, por ser oculto, e mediante a isso, uma maneira de desarticula-lo seria ter consciência do mesmo, e agir a partir disso. O autor afirma ainda que “[...] é importante saber o que fazer com um currículo oculto quando encontramos um” (SILVA, 2011, p. 79), abrindo espaço dessa forma para que o currículo seja visto como possível ferramenta aos professores.

Considerações finais

É imprescindível que o profissional atuante na Educação de Jovens e Adultos concilie os ordenamentos educacionais que guiam seu trabalho diário, cumprindo metas e prazos, mas ainda assim que consiga achar espaço para fazê-lo com autenticidade, e acreditamos que a apropriação da consciência sobre o currículo oculto permita a inversão dos valores nele expressos, possibilitando dessa forma um diálogo entre o cumprimento das normas Estatais e a formação de um cidadão crítico e politicamente consciente quanto aos seus direitos, deveres e possibilidades.

Atribuem-se três funções principais á Educação de Jovens e Adultos, sendo elas *qualificadora, equalizadora e reparadora*, e dessa forma o Estado se abstém de reparar todos os erros que foram cometidos durante todo o período histórico que o antecedeu e transfere, de forma implícita, a sua responsabilidade para o setor educacional do país ou ainda para o professor dessa modalidade de ensino.

Embora, como cidadãos, não possamos isentar o Estado de sua responsabilidade de oferecer acesso e oportunidades que gerem equidade aos coletivos humanos que seguem sendo marginalizados, como professores, podemos desenvolver um papel significativo na redução dos danos causados por medidas unilaterais que acabaram por enquadrar milhares de jovens em situações precárias que resultaram na privação ao acesso à educação.

O setor educacional brasileiro se encontra em colapso atualmente, e a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade legítima de ensino, não está fora disso, e saber lidar com a situação atual, sem aquiescer a ela, é fundamental para o princípio de sua mudança. É essencial que os professores exercitem sua capacidade de articulação, pois a partir dela será possível converter mecanismos ora utilizados pelo aparelho de Estado para perpetuar as condições de assimetria social e ocultamento de narrativas provenientes de coletivos humanos autênticos, que permanecem sendo inferiorizados, em instrumentos educacionais com potencial emancipatório.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). / Louis Althusser – Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985, 2ª edição.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa** / Miguel G. Arroyo. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**, Parecer CNE/CEB 11/2000. [internet]
Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf /> Acesso em: 02
de maio de 2019.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE. Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado;

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar 2018**. BRASIL. Brasília, DF, 2019.

PEREIRA, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010

PILETTI, Nelson. **História Da Educação No Brasil**. São Paulo, ed. Ática, 1990.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática** / José Gimeno Sacristán. 3. ed. – Porto Alegre: Penso, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo** / Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. – 2ª reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

STRELHOW, Theyles Borcarte. **Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas - São Paulo, 2010. p. 49-59.